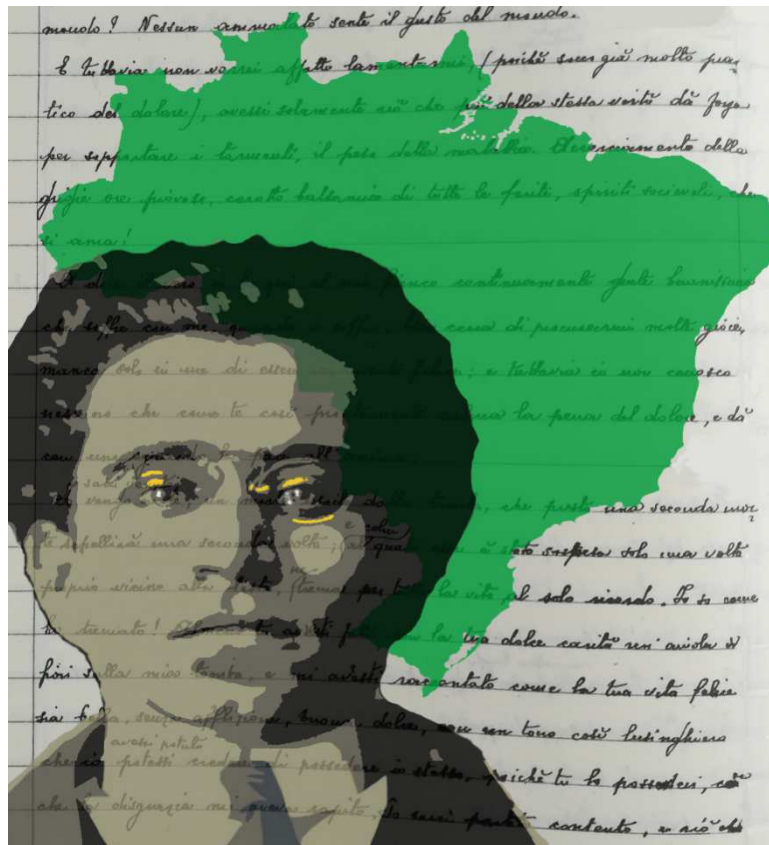


AMMENTU

Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe

“Gramsci tropicale”: dossier sul successo degli studi gramsciani in Brasile

A cura di
Gianni Fresu



CENTRO STUDI SEA

aip edizioni **aip** **aip** **aip**

Numero speciale / 2
gennaio - giugno 2020

Direzione

Martino CONTU (direttore), Annamaria BALDUSSI, Patrizia MANDUCHI

Comitato di redazione

Giampaolo ATZEI (capo redattore), Lucia CAPUZZI, Raúl CHEDA, Maria Grazia CUGUSI, Lorenzo DI BIASE, Mariana FERNÁNDEZ CAMPO, Manuela GARAU, Camilo HERRERO GARCÍA, Roberto IBBA (capo redattore), Francesca MAZZUZI, Nicola MELIS (capo redattore), Giuseppe MOCCI, Carlo PILLAI, Domenico RIPA, Elisabeth RIPOLL GIL, Maria Cristina SECCI (coordinatrice), Maria Angel SEGOVIA MARTÍ, Maria Eugenia VENERI, Antoni VIVES REUS

Comitato scientifico

Nunziatella ALESSANDRINI, Universidade Nova de Lisboa/Universidade dos Açores (Portugal); Pasquale AMATO, Università di Messina - Università per stranieri "Dante Alighieri" di Reggio Calabria (Italia); Juan Andrés BRESCIANI, Universidad de la República (Uruguay); Carolina CABEZAS CÁCERES, Museo Virtual de la Mujer (Chile); Zaide CAPOTE CRUZ, Instituto de Literatura y Lingüística "José Antonio Portuondo Valdor" (Cuba); Margarita CARRIQUIRY, Universidad Católica del Uruguay (Uruguay); Giuseppe DONEDDU, Università di Sassari (Italia); Josep María FIGUERES ARTIGUES (Universitat Autònoma de Barcelona); Luciano GALLINARI, Istituto di Storia dell'Europa Mediterranea del CNR (Italia); Maria Luisa GENTILESCHI, Università di Cagliari (Italia); Elda GONZÁLEZ MARTÍNEZ, Consejo Superior de Investigaciones Científicas (España); Antoine-Marie GRAZIANI, Università di Corsica Pasquale Paoli - Institut Universitaire de France, Paris (France); Rosa Maria GRILLO, Università di Salerno (Italia); Souadi LAGDAF, Struttura Didattica Speciale di Lingue e Letterature Straniere, Ragusa, Università di Catania (Italia); Victor MALLIA MILANES, University of Malta (Malta); Antoni MARIMÓN RIUTORT, Universidad de las Islas Baleares (España); Lená MEDEIROS DE MENEZES, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Brasil); Roberto MORESCO, Società Ligure di Storia Patria di Genova (Italia); Carolina MUÑOZ-GUZMÁN, Universidad Católica de Chile (Chile); Fabrizio PANZERA, Archivio di Stato di Bellinzona (Svizzera); Roberto PORRÀ, Soprintendenza Archivistica per la Sardegna (Italia); Sebastià SERRA BUSQUETS, Universidad de las Islas Baleares (España); Dante TURCATTI, Universidad de la República (Uruguay)

Comitato di lettura

La Direzione di AMMENTU sottopone a valutazione (referee), in forma anonima, tutti i contributi ricevuti per la pubblicazione.

Responsabile del sito

Stefano ORRÙ

AMMENTU - Bollettino Storico e Archivistico del Mediterraneo e delle Americhe

Periodico semestrale pubblicato dal Centro Studi SEA di Villacidro e dalla Casa Editrice Aipsa di Cagliari.

Registrazione presso il Tribunale di Cagliari n° 16 del 14 settembre 2011.

ISSN 2240-7596 [online]

c/o Centro Studi SEA
di Fondazione "Mons. Giovannino Pinna" onlus
Via Roma 4
09039 Villacidro (VS) [ITALY]
SITO WEB: www.centrostudisea.it

c/o Aipsa edizioni s.r.l.
Via dei Colombi 31
09126 Cagliari [ITALY]
E-MAIL: aipsa@tiscali.it
SITO WEB: www.aipsa.com

E-MAIL DELLA RIVISTA: ammentu@centrostudisea.it

“Gramsci tropicale”: dossier sul successo degli studi gramsciani in Brasile

A cura di
Gianni Fresu



ENTRO STUDI SEA

a **aipsa** **edizioni** **sti**

I EDIZIONE

© 2020

Centro Studi SEA
di Fondazione “Mons. Giovannino Pinna” onlus
Via Roma 4
09039 Villacidro
e-mail: info@centrostudisea.it
www.centrostudisea.it
www.centrostudisea.it/ammentu/index.php/rivista

ISSN 2240-7596
ISBN 978-88-96125-52-6

AIPSA Edizioni
Via dei Colombi 31
Cagliari
Tel. 070 306954
e-mail: aipsa@tiscali.it
www.aipsa.com

I diritti di traduzione, di memorizzazione elettronica,
di riproduzione e di adattamento totale o parziale
con qualsiasi mezzo (compresi i microfilm e le copie fotostatiche)
sono riservati per tutti i paesi.



CLACSO
Consejo Latinoamericano
de Ciencias Sociales



In copertina

Antonio Gramsci, immagine realizzata da Alessandro Ruggeri, Cagliari, 31 maggio 2020.

Sommario

“GRAMSCI TROPICALE”: DOSSIER SUL SUCCESSO DEGLI STUDI GRAMSCIANI IN BRASILE

GIANNI FRESU	Introduzione / Introduction	3
1. GIANNI FRESU	Gramsci cittadino del Brasile. Vicende, categorie e ragioni di una fortuna scientifica duratura	9
2. IVETE SIMONATTO SABRINA APARECIDA DA SILVA	Ideologia e Hegemonia em Gramsci: notas sobre a realidade brasileira	25
3. MARCOS DEL ROIO	Carlos Nelson Coutinho e a questão democrática (1977-1981)	38
4. LEANDRO GALASTRI	Mariátegui, Gramsci e as afinidades eletivas de dois pensamentos <i>für ewig</i>	52
5. MARCOS AURÉLIO DA SILVA	Gramsci e a espacialidade da dialética: elementos de uma Geografia Crítica	69
6. MARIA SOCORRO MILITÃO	O movimento dos trabalhadores rurais Sem Terra (MST) do Brasil e a tradução do ideário gramsciano	83
7. ANITA ELENA SCHLESENER	A linguagem e seu significado político e pedagógico a partir dos escritos de Gramsci	103
8. LUCIANA ALIAGA	Gramsci e Pareto: sobre a passividade das massas	118
9. ANA MARIA SAID	Rivoluzione e democrazia: l'eurocomunismo in Brasile al crepuscolo della dittatura	134

Gramsci e a espacialidade da dialética: elementos de uma Geografia Crítica¹

Gramsci and the dialectic spatiality: elements of a Critical Geography

Gramsci e la spazialità della dialettica: elementi di una Geografia critica

DOI: 10.19248/ammentu.360

Ricevuto: 18.04.2020

Accettato: 26.05.2020

Marcos Aurélio DA SILVA

Universidade Federal de Santa Catarina (Brasil)

International Gramsci Society Brasil

Abstract

The article aims to apprehend the relationship between space, spatiality and historical dialectic in Gramsci through an exegesis of Notebook 11 and, to a lesser extent, Notebooks 10, 8 and 13. Alongside this examination, we will try to establish relationships with the socio-spatial research which, based on the efforts of Milton Santos, has founded in Brazil the so-called Critical Geography.

Keywords: Gramsci, historical dialectic, space, Critical geography

Resumo

O artigo tem por objetivo apreender a relação entre espaço, espacialidade e dialética histórica em Gramsci através de uma exegese do Caderno 11 e, em menor medida, dos Cadernos 10, 8 e 13. Ao lado deste exame, buscaremos estabelecer relações com a pesquisa socioespacial que, a partir dos esforços de Milton Santos, fundou no Brasil a chamada Geografia Crítica.

Palavras-chave: Gramsci, dialética histórica, espaço, Geografia crítica

Sommario

L'articolo si propone di comprendere il rapporto tra spazio, spazialità e dialettica storica in Gramsci attraverso un'esegesi del Quaderno 11 e, in misura minore, dei Quaderni 10, 8 e 13. Accanto a questo tema, si cercherà di stabilire le relazioni con la ricerca socio-spaziale che, sulla base degli sforzi di Milton Santos, ha fondato in Brasile la cosiddetta Geografia Critica.

Parole chiave: Gramsci, dialettica storica, spazio, geografia critica

1. Introdução

Em uma das críticas endereçadas por Lenin a Kautsky em *O Estado e a Revolução*, nos deparamos com uma referência – não explícita – do grande revolucionário russo a um conto de Anton Tchekhov em que um dos personagens é um «apagado» e «nada interessante» professor de Geografia e História. Trata-se de Hipolit Hipolítiche, «homem de pouca conversa» e que «só falava aquilo que todos já sabiam»: –«O rio Volga deságua no mar Cáspio... Os cavalos comem aveia e feno...»². É a primeira das frases aquela pinçada por Lenin para criticar Kautsky, insistindo que não passa de

¹ Este artigo é a versão ampliada de uma comunicação apresentada no *VIII Seminário Internacional de Teoria do Socialismo - II Colóquio Internacional Gramsci*, Unesp Marília-SP (Br), 9 a 12 de setembro de 2019.

² ANTON TCHECHOV, *O professor de letras*, in *O assassinato e outras histórias*, trad. Rubens Figueiredo, Cosac & Naify, São Paulo 2002, pp. 27-41.

uma «evidência» à moda das evidências de Hipolítiche, o fato, apontado pelo marxista alemão, de que a «revolução pressupõe lutas longas e profundas», enquanto nada era dito acerca do modo como «*precisamente* se exprime a “profundidade”» da revolução do proletariado «em relação ao Estado, em relação à democracia», cujas diferenças Kautsky evitava, revelando uma «veneração supersticiosa» em relação ao Estado» e «a mesma “fé supersticiosa” no burocratismo»³.

Conhecemos hoje os limites de *O Estado e a Revolução*. A tese de que o comunismo é a «extinção do Estado»⁴ revela o quanto «a luta contra o social-chauvinismo» deixou-se influenciar pela ideia de uma “plena convergência” entre «anarquismo e marxismo»⁵. Não obstante, ao lado da advertência quanto ao burocratismo, permanece válida a crítica que associa Kautsky às certezas empíricas de um Hipolit Hipolítiche. Ela remete diretamente às deficiências teóricas de Kautsky, que «chega a Marx através de Darwin» e do «estudo das ciências sociais, mas sem possuir um mínimo conhecimento da filosofia de Hegel», e assim sem nunca compreender completamente «a natureza dialética do materialismo histórico»⁶. E eis o ponto a partir do qual pesquisar a relação entre dialética, espaço e espacialidade em Gramsci, as últimas jamais simples expressão da “pura descrição” empirista.

O trabalho que se segue buscará apreender a relação entre espaço, espacialidade e dialética histórica em Gramsci através de uma exegese do caderno 11, intitulado, segundo a edição crítica de Valentino Gerratana, *Introdução ao Estudo da filosofia*. Em menor medida, e como complemento deste exercício, o artigo irá contemplar também os cadernos 10, 8 e 13 – respectivamente intitulados *A filosofia de Benedetto Croce*, *Miscelâneas* e *Apontamentos de Filosofia III e Notas sobre a política de Maquiavel*–, dos quais se extrai algumas citações de apoio⁷. Ao lado deste exame, buscaremos estabelecer relações com a pesquisa socioespacial que, a partir dos esforços teóricos do geógrafo brasileiro Milton Santos, fundou no Brasil a chamada Geografia Crítica.

2. Espacialidade, “realidade efetiva” e hegemonia

No caderno 11, são as páginas dedicadas à crítica do *Ensaio Popular de Sociologia* de Bukharin aquelas em que aparecem com todas as letras a crítica de Gramsci ao chamado empirismo geográfico. No parágrafo 20, intitulado *Objetividade e realidade do mundo externo*, a crítica do acordo «do catolicismo com o aristotelismo sobre a questão da objetividade do real», toca claramente no que neste artigo iremos chamar – e como alternativa ao citado empirismo – de “espacialidade”, uma categoria inerente àquela de hegemonia. Segundo Gramsci.

Para entender exatamente os significados que podem ter o problema da realidade do mundo externo, pode ser oportuno desenvolver o exemplo das noções de “Oriente” e “Ocidente” que não deixam de ser “objetivamente reais” embora à análise se demonstrem nada mais que uma “construção” convencional, isto é, “histórico-

³ VLADÍMIR I. LÉNINE, *O Estado e a Revolução*, in *Obras Escolhidas*, vol. 2, Edições Progresso, Moscovo - Edições “Avante!”, Lisboa 1981, pp. 295-297.

⁴ *Ivi*, p. 278.

⁵ DOMENICO LOSURDO, *Gramsci: do liberalismo ao comunismo crítico*, trad. Teresa Ottoni, Revan, Rio de Janeiro 2006, pp. 212-214.

⁶ GIANNI FRESU, *Lenin lettore di Marx. “Dialettica e determinismo nella storia del movimento operaio”*, La città del Sole, Napoli 2008, p. 53.

⁷ Embora exista tradução para o português da obra de Gramsci, as traduções aqui utilizadas foram feitas pelo próprio autor do artigo a partir da edição crítica dos Cadernos do Cárcere, editada pelo Instituto Gramsci sob os cuidados de Valentino Gerratana.

cultural” (frequentemente os termos “artificial” e “convencional” indicam fatos “históricos” produzidos pelo desenvolvimento da civilização e não construções racionalmente arbitrárias ou individualmente artificiosas)⁸.

De fato, construção histórico-cultural, a questão está diretamente ligada ao tema da hegemonia, como se esclarece mais adiante no mesmo parágrafo 20.

O que significaria Norte-Sul, Leste-Oeste sem o homem? Estas são relações reais e, todavia, não existiriam sem o homem e sem o desenvolvimento da civilização. É evidente que Leste e Oeste são construções arbitrárias, convencionais, ou seja, históricas, já que fora da história real cada ponto da terra é ao mesmo tempo Leste e Oeste. Isto pode ser visto mais claramente pelo fato de que estes termos se cristalizaram não do ponto de vista de um hipotético e melancólico homem em geral, mas do ponto de vista das classes cultas europeias que através da sua hegemonia mundial, lhes fizeram ser aceitos por toda parte. O Japão é Extremo Oriente não só para o Europeu, mas talvez também para o Americano da Califórnia e para o próprio Japonês, o qual através da cultura política inglesa, poderá chamar Oriente Próximo o Egito⁹.

O tema fora desenvolvido já no parágrafo 17 do mesmo caderno, intitulado *A assim chamada “realidade do mundo externo”*. Estamos diante da crítica, «fútil e ociosa», e até intelectualmente «pedante» – posto distante de qualquer «necessidade lógica»–, feita por Bukharin às concepções subjetivistas da realidade¹⁰. A rigor, Bukharin não ultrapassa a «experiência do senso comum»¹¹, e assim sua tentativa de «destruir» a «concepção subjetivista tem um significado frequentemente reacionário, de retorno implícito ao sentimento religioso», ponto de partida deste mesmo senso comum¹². Como explica Gramsci, o sentimento de que «o mundo, a natureza, o universo foi criado por deus antes da criação do homem e assim o homem encontrou o mundo já belo e pronto, catalogado e definido de uma vez para sempre»¹³.

Este mundo já «pronto» e «definido de uma vez para sempre» a que termina por recorrer Bukharin, na verdade revela uma crescente valorização das assim chamadas ciências exatas ou físicas», e que no interior da filosofia da práxis estão «assumindo» uma posição de «quase fetichismo», vale dizer, como «única e verdadeira» forma de «filosofia ou conhecimento do mundo»¹⁴. Não por acaso, recorda Gramsci, remetendo a um artigo de Mario Missiroli, também ele crítico do subjetivismo, mesmo «o catolicismo», já «em concorrência com a filosofia idealista», tendia a agarrar-se «nas ciências naturais e físicas», como aliás demonstrava a figura de Roberto Ardigò, «positivista que estava de acordo com os católicos no modo de conceber a realidade externa» do mundo¹⁵.

⁸ ANTONIO GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, Edizione critica dell’Istituto Gramsci, a cura di Valentino Gerratana, Einaudi, Torino 1975, p. 1419.

⁹ *Ivi*, pp. 1419-1420.

¹⁰ *Ivi*, p. 1411.

¹¹ Esta concepção «desagregada, incoerente, inconsequente», este conceito «equivoco, multiforme», a toda prova «misonéista e conservador», onde «predominam os elementos “realistas”, materialistas, isto é, produto imediato das sensações não elaboradas», grosseiras (*sensazione grezza*). *Ivi*, pp. 1396-1399.

¹² *Ivi*, p. 1412.

¹³ *Ibidem*.

¹⁴ *Ivi*, p. 1413.

¹⁵ *Ivi*, pp. 1414-1415.

Não se trata, obviamente, de uma liquidação das ciências naturais e exatas. Aliás, nem mesmo o subjetivismo é submetido a uma sumária liquidação. Com efeito, se estamos diante da filosofia da práxis (ou materialismo histórico), esta não pode senão «ser posta em relação com o hegelianismo, que desta concepção representa a forma mais completa e genial», e assim também as sucessivas teorias devem ser «tomadas em consideração» a partir de seus «aspectos parciais» e de seus «valores instrumentais»¹⁶.

Voltemos nosso olhar para a questão do subjetivismo, o ponto central em debate nestas páginas. Para a filosofia da práxis, não se trata de assumir qualquer uma das «tantas teorias subjetivistas elucubradas por toda uma série de filósofos e professores, até mesmo aquelas solipsísticas»¹⁷. Trata-se, antes, de

demonstrar que a concepção “subjetivista”, após ter servido para criticar a filosofia da transcendência de um lado e a metafísica ingênua do senso comum e do materialismo filosófico, pode encontrar a sua verdade e a sua interpretação historicista apenas na concepção das superestruturas...¹⁸.

É ao Engels do *Anti-düring* a que remete Gramsci para estabelecer a justa relação entre o «subjetivo» e o «objetivo». Para o filósofo alemão, «a unidade do mundo» reside precisamente na sua «materialidade», confirmada pelo «longo e laborioso desenvolvimento da filosofia e das ciências naturais», ou seja, trata-se de fazer notar o papel da «história e do homem para demonstrar a realidade objetiva»¹⁹. Assim é que, pondo em questão as leituras «desagregadas», «incoerentes» do mundo, presas ao grosseiro realismo do «senso comum», Gramsci esclarece que «objetivo significa sempre “humanamente objetivo”, que pode corresponder exatamente a historicamente subjetivo, ou seja, objetivo significa universal subjetivo», e assim há «uma luta pela objetividade (para liberar-se das ideologias parciais e falazes) e esta luta é a mesma luta pela unificação cultural do gênero humano»²⁰.

Já afastada qualquer forma de solipsismo, trata-se de afirmar o caráter histórico materialista desta passagem dialética do «subjetivo» no «objetivo». Afinal, insiste Gramsci, isto que «os idealistas chamam “espírito” não é um ponto de partida», mas antes um ponto de «chegada, o conjunto das superestruturas em devir que se dirige à unificação concreta e objetivamente universal»²¹.

E eis que o “subjetivo” em Gramsci parece remeter à categoria hegeliana de *Aufhebung*, vale dizer, a uma rigorosa superação dialética. Sim, uma superação, mas «uma superação que, longe de ser sinônimo de liquidação sumária, implica como momento essencial a assunção de uma herança»²². É clara, neste sentido, a nota II ao parágrafo 6 do caderno 10 (parte II), intitulada «Concepção subjetiva da realidade e filosofia da práxis»:

¹⁶ *Ivi*, p. 1413.

¹⁷ *Ibidem*. Na definição do Dicionário de Filosofia Abbagnano o solipsismo se refere à tese de que «só eu existo» e «todos os outros entes (homens e coisas) são apenas ideias minhas». NICOLA ABBAGNANO, *Dicionário de Filosofia*, 6 ed., trad. Alfredo Bosi e Ivone C. Benedetti, Martins Fontes, São Paulo 2012, p. 1086.

¹⁸ GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, cit., p. 1415.

¹⁹ *Ibidem*.

²⁰ *Ivi*, pp. 1415-1416.

²¹ *Ivi*, p. 1416.

²² LOSURDO, *Gramsci: do liberalismo ao comunismo crítico*, cit., p. 30.

A filosofia da práxis “absorve” a concepção subjetivista da realidade (o idealismo) na teoria das superestruturas, a absorve e a explica historicamente, ou seja, a “supera”, a reduz a um “momento” seu. A teoria das superestruturas é a tradução nos termos de um historicismo realístico da concepção subjetivista da realidade²³.

Não surpreende, portanto, que a conclusão da discussão dos termos geográficos que aparecem no parágrafo 20 (Norte, Sul, Leste, Oeste, Oriente Ocidente), encontre solução na proposição hegeliana da “unidade entre o real e o racional”. Vale dizer, a formulação com que Hegel caracteriza a «realidade efetiva» (*Wirklichkeit*)²⁴, de modo algum identificada com a «empíria imediata e inerte», e sim «com suas contradições internas e seu movimento interno»²⁵—à qual Gramsci, remetendo ainda uma vez a Hegel, insiste ser «válida também para o passado»²⁶. Nas palavras de Gramsci:

E, no entanto, estas referências (espaciais - M. A. S.) são reais, correspondem a fatos reais, permitem viajar por terra e por mar e chegar exatamente onde se decidiu chegar, “prever” o futuro, objetivar a realidade, compreender a objetividade do mundo externo. Racional e real se identificam. Parece que sem ter compreendido esta relação não se pode compreender a filosofia da práxis, a sua posição em confronto com o idealismo e com o materialismo mecânico, a importância e o significado da doutrina das superestruturas²⁷.

A última frase é, com efeito, decisiva. A compreensão da «objetividade do mundo externo» que diz respeito aos termos espaciais está em relação direta com as superestruturas. Ainda melhor, é ela mesma superestrutura. E superestrutura que, expressão da «luta pela objetividade»²⁸, se apresenta em rigorosa unidade com a estrutura, sendo a sua superação dialética (*Aufhebung*). É uma compreensão a qual o *Ensaio* de Bukharin não está em condições de alcançar, destaca Gramsci partindo de uma crítica de Croce ao positivista Achille Loria. O mesmo Loria que, modificando o Prefácio de Marx, termina por reduzir a noção de «forças materiais de produção», e mesmo aquela de «complexo das relações sociais», a simples «instrumento técnico»²⁹. E é assim que chegamos à noção de catarse, apresentada no caderno 10:

Pode-se empregar o termo “catarse” para indicar a passagem do momento meramente econômico (egoístico-passional) ao momento ético-político, ou seja, a

²³ GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, cit., p. 1244. Como assinala Peter Thomas, se Gramsci é um crítico do “objetivismo”, esta crítica «envolve também uma rejeição das filosofias do sujeito». PETER THOMAS, *The Gramscian Moment. Philosophy, Hegemony and Marxism*, Haymarket Books, Chicago (Illinois) 2010, p. XXIV. De fato, distante de toda visão binária, Gramsci opera no terreno da dialética. Sua formulação convida a pensar em um processo em que o sujeito passa dialeticamente no predicado (as superestruturas), conduzindo a uma negação determinada: o predicado «ultrapassa o sujeito, o subsume sob si e é, de sua parte, mais amplo que o sujeito. Apenas o conteúdo determinado do predicado constitui a identidade de ambos». GEORG W.F. HEGEL, *Enciclopedia delle scienze filosofiche*, 2 ed., trad. Benedetto Croce, Laterza, Roma-Bari 2009, p. 168.

²⁴ «Já uma consideração inteligente do mundo distingue isso que do vasto reino da existência interna e externa é simples aparição, fugaz e insignificante, e isso que em si merece verdadeiramente o nome de realidade». HEGEL, *Enciclopedia delle scienze filosofiche*, cit., p. 9. Na mesma página, a nota da edição italiana que estamos consultando acrescenta: «“Wirklichkeit”, efetualidade; que Hegel às vezes distingue da “Realität”».

²⁵ LOSURDO, *Gramsci: do liberalismo ao comunismo crítico*, cit., p. 204.

²⁶ GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, cit., p. 1417.

²⁷ *Ivi*, p. 1420.

²⁸ *Ibidem*.

²⁹ *Ivi*, 1439.

elaboração superior da estrutura em superestrutura na consciência dos homens. Isto significa também a passagem do “objetivo ao subjetivo” e da “necessidade à liberdade”. De força exterior que esmaga o homem, o torna passivo, a estrutura se transforma em meio de liberdade, em instrumento para criar uma nova forma ético-política, origem de novas iniciativas. A fixação do momento “catártico” torna-se assim, me parece, o ponto de partida para toda a filosofia da práxis; o processo catártico coincide com a cadeia de sínteses que resultam do desenvolvimento dialético³⁰.

Não é de surpreender que estes desenvolvimentos, conhecendo uma ampla difusão na segunda metade dos anos 70 do século passado³¹, momento mesmo de uma forte contestação das estruturas capitalistas, tenham influenciado os progressos científicos no campo das reflexões socioespaciais.

E eis que é chegado o momento de recordar a proposta de uma «Geografia Crítica» forjada pelo geógrafo brasileiro Milton Santos³². Uma Geografia disposta a superar não só as influências diretamente positivistas no seio desta velha ciência, mas até mesmo um marxismo que nela chegou através do Diamat, pelo «lugar de destaque» que a abordagem «determinista» de Plekhanov teve na formação de geógrafos como Paul Vidal de la Blache e Friedrich Ratzel, entre outros³³.

Estamos diante de uma formulação que claramente remete à noção de uma «economia crítica» ou «histórica» referida por Gramsci na censura que faz a Einaudi e a Loria no caderno 10. Eram estes os autores que, tanto quanto Bukharin, apresentavam uma versão deteriorada da filosofia da práxis, em que as “forças de produção” aparecem apenas como «as coisas materiais e não também as forças e as relações sociais, ou seja, humanas, que são incorporadas nas coisas materiais e das quais o direito de propriedade é a expressão jurídica»³⁴. Com efeito, não por acaso para esta Geografia Crítica, o “espaço” não é simplesmente a “paisagem”, tão somente uma “coisa”³⁵, às vezes expressão de diferentes formas de solipsismo e assim um conceito totalmente “fragmentado”, um “espaço reificado”, muito ao gosto de uma Geografia que «tornou-se ideológica»³⁶. Ele é, antes, o resultado de uma dialética, «da soma e da síntese, sempre rarefeita, da paisagem com a sociedade através da espacialidade», esta última uma categoria que remete a “um momento das relações sociais geografizadas»³⁷. Para voltarmos a Gramsci, expressão das relações de classe e dos processos de hegemonia.

Mas assim como a economia crítica é «economia crítica e historicista»³⁸, também as categorias de espaço e de espacialidade, vale dizer, o «fenômeno geográfico» por meio destas categorias compreendido, exigem que se pense «a própria história, o movimento, a luta entre contrários que se chocam e criam uma nova realidade»³⁹. E eis todo o problema do “devir histórico” e da dialética espaço-tempo.

³⁰ Ivi, p. 1244.

³¹ GUIDO LIGOURI, *Gramsci conteso. Interpretazioni, dibattiti e polemiche. 1922-1912*, Riuniti, Roma 2012, p. 251.

³² MILTON SANTOS, *Por uma Geografia nova. Da crítica da Geografia a uma Geografia crítica*, Edusp, São Paulo 2008.

³³ Ivi, pp. 48-57.

³⁴ GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, cit., p. 1290.

³⁵ MILTON SANTOS, *Metamorfoses do espaço habitado*, Hucitec, São Paulo 1988, p. 73.

³⁶ SANTOS, *Por uma Geografia nova*, cit., p. 97.

³⁷ Id., *Metamorfoses do espaço habitado*, cit., pp. 73-74.

³⁸ GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, cit., p. 1269.

³⁹ SANTOS, *Metamorfoses do espaço habitado*, cit., pp. 95-96.

3. Devir histórico e dialética espaço-tempo

A crítica do empirismo geográfico que acompanha a noção de «realidade do mundo externo» cara a Bukharin, está diretamente ligada à crítica da incapacidade de aprofundar o «conceito de unidade da teoria e da prática» e, assim também, à crítica ao «senso comum» e à frágil teoria da história ali sustentada.

Com efeito, é de se notar, no extenso parágrafo 12 do caderno 11, a referência de Gramsci a um artigo de Dimitrij Petrovič Mirskij publicado no «The Labour Monthly» de julho de 1931⁴⁰. Na elaboração do aparato crítico dos cadernos, Valentino Gerratana remete esta passagem ao parágrafo 205 do caderno 8, que por sua vez lembra uma carta de Gramsci à cunhada Tatiana Schucht de 3 de julho de 1931. É quando se refere de modo elogioso a Mirskij, dizendo ser «sua posição científica» «digna de nota e estudo», e isto na medida em que ela se mostra

livre de certos preconceitos e incrustações culturais que vinham se infiltrando parasitariamente no campo dos estudos da teoria da história em razão da grande popularidade gozada pelo positivismo no fim do século passado e nos inícios do atual⁴¹.

Assim é que, entregue ao senso comum, a metodologia da história com que trabalha Bukharin não é outra coisa senão um «aristotelismo positivista», uma «adaptação» aos «métodos das ciências físicas e naturais»⁴². E eis sua obsessão pelas «leis de causalidade, a pesquisa da regularidade, normalidade, uniformidade», onde o «efeito», muito «mecanicamente, não pode nunca superar a causa ou o sistema de causas, e assim não pode haver outro desenvolvimento senão aquele do raso e vulgar evolucionismo»⁴³.

O problema está diretamente ligado ao conceito de ciência esposado por Bukharin, bastante apegado à enganosa ideia de que é possível fazer «progredir uma pesquisa científica aplicando um método tipo, escolhido porque deu bons resultados em outra pesquisa ao qual estava relacionado»⁴⁴. Trate-se, como antes vimos, de um conceito de ciência tomado das «ciências naturais, como se estas fossem a única ciência, ou a ciência por excelência, como foi fixado pelo positivismo»⁴⁵. E é justamente a partir desta crítica que emerge o conceito de ortodoxia, a definir a filosofia da práxis na sua «autonomia científica». Nas palavras de Gramsci:

A ortodoxia não deve ser buscada neste ou naquele seguidor da filosofia da práxis, nesta ou naquela tendência ligada a correntes estranhas à doutrina original, mas no conceito fundamental de que a filosofia da práxis “basta-se a si mesma”, contém em si todos os elementos fundamentais para construir uma total e integral concepção do mundo, e não apenas uma total filosofia e teoria das ciências naturais, mas também para vivificar uma integral organização prática da sociedade, ou seja, para tornar-se uma total, integral civilização⁴⁶.

⁴⁰ GRAMSCI, *Quaderni del Carcere*, cit., p. 1387.

⁴¹ ANTONIO GRAMSCI, *Lettere del Carcere*, a cura di ANTONIO A. SANTUCCI, Sellerio, Palermo 1996, pp. 438-439.

⁴² Id., *Quaderni del carcere*, cit., pp. 1402-1403.

⁴³ *Ibidem*.

⁴⁴ *Ivi*, p. 1404.

⁴⁵ *Ibidem*.

⁴⁶ *Ivi*, p. 1434.

Posta como está, a passagem claramente remete à crítica das fragilidades teóricas observadas nos autores da II Internacional, notadamente Kautsky e Bernstein. O primeiro, como vimos, muito marcado pela influência do livro de Darwin, “ponto de referência intelectual essencial” até os últimos dias de sua vida, enquanto Bernstein chega a considerar a dialética hegeliana o «elemento mais inverossímil da doutrina marxista»⁴⁷. E eis o que, ao fim e ao cabo, significa o *Ensaio* de Bukharin, uma expressão das mais acabadas do marxismo que se canoniza na URSS da era Stalin sob a forma do *Diamat*⁴⁸. A rigor, uma deterioração que já Lenin havia notado, quando em sua carta testamento sublinha as debilidades do autor do *Ensaio Popular*: suas «concepções teóricas só com grandes reservas se podem qualificar de inteiramente marxistas», escrevia Lenin, uma vez que há nele «qualquer coisa de escolástico», vale dizer, “nunca estudou” e nem mesmo “compreendeu a dialética”⁴⁹.

De fato, é a incompreensão da dialética, sua implícita aceitação do método das ciências naturais como válido para todas as áreas, que conduz Bukharin a mover-se em torno da busca de uma causa única e última na apresentação de uma teoria da história. Numa palavra, às determinações do econômico, como se pode concluir a partir da referência, no curto parágrafo 31 do caderno 11, às cartas que Engels escreveu a Joseph Bloch e Heinz Starkenburg, ambas publicadas no periódico «*Sozialistischer Akademiker*» em 1895 e abertamente críticas ao dogmatismo desta interpretação, segundo a expressão utilizada por Gramsci⁵⁰. E eis um problema central dos teóricos da II Internacional. Kautsky pensava o marxismo como uma «união incindível entre economia e história», uma «concepção unitária e sistêmica», não há dúvida, porém «privada de qualquer contradição»⁵¹. Não foi este senão o motivo pelo qual Engels, advertindo aqueles que se aproximavam do marxismo identificando-o apenas com as «categorias do desenvolvimento econômico» (inglês) e com as «contribuições do socialismo utópico» (francês), buscou reafirmar, em seu ensaio sobre Feuerbach, a «famosa fórmula» de que «o movimento operário alemão é o herdeiro da filosofia clássica alemã»⁵². Trata-se, com efeito, daquela síntese dialética que Gramsci chamou de «tradutibilidade recíproca entre as várias linguagens filosóficas e científicas», que apenas na «filosofia da práxis» pode ser «orgânica e profunda», e não um «simples jogo de “esquematismos” genéricos», como em outras filosofias⁵³.

No confronto que Gramsci estabelece com Bukharin, a crítica à total ausência de contradição nonexo economia-história encontra ainda o seu ponto mais elevado na discussão da lei hegeliana da passagem da quantidade à qualidade, estabelecida no parágrafo 32 do caderno 11. É o momento em que a discussão sobre o andamento da história é confrontada com a concepção de Estado dos atualistas, demarcando por meio deste debate o lugar da filosofia da práxis não apenas diante da escolástica de Bukharin (e da II Internacional), como até agora vinha fazendo, mas também em relação ao fascismo.

Do ponto de vista das questões espaciais que aqui estamos discutindo, a luz que agora é lançada sobre este problema parece articular toda a discussão sobre a

⁴⁷ FRESU, *Lenin lettore di Marx*, cit., pp. 47-53.

⁴⁸ THOMAS, *The Gramscian Moment*, cit., pp. 251-252.

⁴⁹ VLADÍMIR I. LÉNINE, *Carta ao Congresso*, in *Obras Escolhidas*, vol. 3, Edições Progresso, Moscovo - Edições “Avante!”, Lisboa 1981, p. 641.

⁵⁰ GRAMSCI, *Quaderni del carcere*, cit., p. 1445.

⁵¹ FRESU, *Lenin lettore di Marx*, cit., p. 54.

⁵² *Ivi*, p. 55.

⁵³ GRAMSCI, *Quaderni del carcere*, cit., p. 1468.

terminologia geográfica apresentada no parágrafo 20, mas até mesmo os parágrafos iniciais do mesmo caderno 11, que precedem à ampla discussão do *Ensaio* de Bukharin. Em uma visão de conjunto, trata-se das relações espaço-tempo, nas quais Gramsci intervém fazendo notar a centralidade de uma filosofia da práxis que se sabe reconhecer herdeira do hegelianismo. O mesmo hegelianismo que Gramsci definiu no parágrafo 27 como o «mais importante dos argumentos» (*motivi*) da filosofia de Marx, «especialmente porque tentou superar as concepções tradicionais do idealismo e do materialismo em uma nova síntese»⁵⁴.

Senão vejamos.

Uma vez mais, ao discutir a citada lei hegeliana da passagem da quantidade à qualidade, o *Ensaio Popular* se entrega a explicações puramente mecânicas, basicamente determinadas por agentes externos, à moda das ciências físicas. O exemplo da «água que com a mudança de temperatura muda de estado», fala por si. Uma mudança basicamente determinada por «um agente externo», «o fogo, o sol», a demonstrar a ação de uma «lei física», onde, insiste a crítica de Gramsci, «não se sai nunca da esfera da quantidade a não ser por metáfora»⁵⁵. No plano da teoria da história, estaríamos totalmente no interior daquela incindível, não contraditória, relação entre economia e história. Mas o que ocorre com o atualismo? Confrontando Giovanni Gentile, Gramsci assinala que aqui estamos diante de uma inversão igualmente empobrecedora. Gentile elabora uma concepção de Estado «que termina por ser qualquer coisa de superior aos indivíduos», ele «hipostatiza», fetichiza, «a qualidade, a faz um ente em si, o “espírito”, como a religião havia feito para a divindade»⁵⁶.

É completamente diferente a forma como a filosofia da práxis se coloca diante da citada lei hegeliana. Para ela «a qualidade está sempre conectada à quantidade, e aliás em tal conexão se encontra a sua parte mais original e fecunda»⁵⁷. Ainda segundo Gramsci, que agora se refere ao capítulo XII de *O Capital* de Marx:

A explicação teórico-prática mais concreta se encontra no volume I da *Crítica da Economia Política*, onde se demonstra que no sistema de fábrica, existe uma quota de produção que não pode ser atribuída a nenhum trabalhador individual, mas ao conjunto dos trabalhadores, ao homem coletivo. Algo de similar ocorre para toda a sociedade que está baseada na divisão do trabalho e das funções e, portanto, vale mais do que a soma dos seus componentes⁵⁸.

Ou seja, nada a lembrar a presença de um «agente externo», ou uma «divindade» «superior aos indivíduos», como na definição de Estado de Gentile. Na sociedade organizada pelo homem, «quem será este agente externo?», indaga Gramsci, para logo responder que na fábrica «é a divisão do trabalho, etc., condições criadas pelo homem mesmo», na «sociedade o conjunto das forças produtivas»⁵⁹, as quais não se confundem meramente com «instrumento técnico», podendo ser «ao mesmo tempo estrutura e superestrutura», conforme já demonstrara na crítica a Loria⁶⁰, ou ainda

⁵⁴ *Ivi*, p. 1437.

⁵⁵ *Ivi*, p. 1446.

⁵⁶ *Ivi*, p. 1447.

⁵⁷ *Ibidem*.

⁵⁸ *Ivi*, p. 1446.

⁵⁹ *Ivi*, p. 1441.

⁶⁰ *Ibidem*.

bloco histórico, «a unidade dos contrários e dos distintos», segundo definiu no caderno 13⁶¹.

Assim é chegado o momento de pôr a questão das relações entre o “devir histórico” e a “espacialidade”, ou das relações espaço-tempo que aqui estamos tratando. É a crítica a Antonio Labriola, apresentada já nas páginas iniciais do caderno 11, que permite avançar nesta direção. Ela confronta o modo de pensar de Labriola em relação à questão pedagógica e à questão colonial, fazendo notar a aproximação do seu pensamento àquele de Giovanni Gentile acerca do «ensino religioso nas escolas primárias». Partindo das anotações de Croce sobre Labriola, Gramsci recorda a posição deste último quanto à questão pedagógica. Ao ser indagado sobre como «educar moralmente um papuano», Labriola responde que «provisoriamente o faria escravo», devendo-se observar se, depois, «para os seus netos e bisnetos se poderá começar a adotar alguma coisa da nossa pedagogia»⁶². Inspirada nas reflexões hegelianas de Bertrando Spaventa, é clara a crítica de Gramsci: Labriola entrega-se a «um pseudo-historicismo», vale dizer, “um mecanicismo bastante empírico e muito vizinho ao mais vulgar evolucionismo»⁶³. Ainda nas palavras de Gramsci:

O modo de pensar implícito na resposta de Labriola não parece, portanto dialético e progressivo, mas antes mecânico e retrógrado, como aquele pedagógico religioso de Gentile que não é outra coisa senão uma derivação do conceito de que a “religião é boa para o povo” (povo = criança = fase primitiva do pensamento a qual corresponde a religião etc.), ou seja, a renúncia (tendenciosa) a educar o povo⁶⁴.

O problema, insiste Gramsci, é ainda «mais evidente» quando se trata de discuti-lo pelo ângulo da “questão colonial”. Labriola ignora a necessidade de que «exista uma luta a propósito», e que «esta luta é exatamente a condição para que os netos ou os bisnetos sejam libertados da escravidão e sejam educados com a Pedagogia moderna», ou, ainda melhor, «só esta resistência mostra que se está realmente em um período superior de civilização e pensamento»⁶⁵. Não há dúvida, trata-se, como informa a nota de Gerratana, de uma explícita referência à experiência soviética do “Exército de trabalho” levada a efeito ao tempo do «fim da guerra civil e do período do comunismo de guerra». Nas palavras de Gramsci:

Que nas escolas elementares seja necessária uma exposição “dogmática” das noções científicas, isto é, que seja necessária uma “mitologia” não significa que o dogma deva ser aquele religioso e a mitologia aquela determinada mitologia. Que um povo ou grupo social atrasado tenha necessidade de uma disciplina exterior coercitiva para ser educado civilmente, não significa que deva ser reduzido à escravidão, a menos que se pense que toda coerção estatal é escravidão. Há uma coerção de tipo militar também para o trabalho, que não é “escravidão”, mas a expressão adequada da Pedagogia moderna voltada a educar um elemento imaturo (que é sim imaturo, mas deste modo próximo a elementos já maduros, enquanto a escravidão é organicamente a expressão de condições universalmente imaturas)⁶⁶.

⁶¹ *Ivi*, p. 1569.

⁶² *Ivi*, p. 1366.

⁶³ *Ibidem*.

⁶⁴ *Ivi*, p. 1367.

⁶⁵ *Ibidem*.

⁶⁶ *Ivi*, p. 1368.

Com efeito, é justamente a partir da Revolução de Outubro, que soube estabelecer a crítica «ao colonialismo como etapa histórica mecanicamente inevitável»⁶⁷, e assim superar os limites da II Internacional, que emergem as condições históricas para a compreensão mais elevada da dialética, uma dialética espaço-tempo saída das tensões que marcam as relações centro-periferia no capitalismo.

E eis que as referências ao “Exército de trabalho” soviético, à “coerção estatal” que «não é escravidão», a crítica «ao colonialismo como etapa histórica mecanicamente inevitável», fazem lembrar a leitura de Domenico Losurdo acerca das inovações teóricas de Gramsci e sua relação com o mundo que lhe é contemporâneo. O Diamat, que ganha campo no interior da URSS, ao ser criticado por Gramsci, não equivale a uma liquidação política da Revolução de Outubro:

Um abismo separa do Diamat da União Soviética da época o pensamento de Gramsci, que de um modo ou de outro soube assimilar a lição da dialética, mas exatamente em virtude da sua superior fineza e maturidade, tal pensamento está em condições de compreender as dificuldades e as razões da sociedade e da história que produziram o Diamat. Para a Rússia de Stalin ocorre proceder do mesmo modo que para a Alemanha de Lutero⁶⁸.

Mas não apenas uma experiência marcada por um salto dialético como a soviética é objeto das reflexões de Gramsci no campo das relações espaço-tempo. O raciocínio espacial por ele proposto é o mesmo se observamos o contexto europeu do século XIX, a toda prova um contexto de “reformismo”, isto é, de “revolução passiva”, com sua característica «ausência de uma iniciativa popular unitária no desenvolvimento da história»⁶⁹. Estamos tratando daquilo que Alberto Burgio disse ser a «inserção da história europeia em um quadro articulado das próprias escansões temporais», capaz de ressaltar o “divórcio histórico” entre as duas grandes “regiões político-históricas” – ou geopolíticas – da Europa, «a Leste e a Oeste do Reno, visto que apenas olhando para a França se pode falar de pleno controle dos aparatos de poder por parte da burguesia», e assim de «um completo desembarque na modernidade»⁷⁰.

E é a partir daqui que se pode compreender também a crítica às “duas histórias” de Benedetto Croce (da Itália e da Europa), elas que ignoram a relação «histórica entre o Estado moderno francês nascido da revolução e os outros Estados modernos da Europa continental», isto é, a relação entre o «problema complexo das relações das forças internas do país dado» e aquele «da relação de forças internacionais, da posição geopolítica do país dado»⁷¹. De fato, já as primeiras páginas do caderno sobre Croce apresentam esta estrutura espaço-tempo que está na base do movimento histórico, ela mesma expressão da uma passagem, sempre determinada, do momento “econômico” ao momento “ético-político”:

⁶⁷ *Ivi*, p. 1061.

⁶⁸ DOMENICO LOSURDO, *Gramsci e la Russia sovietica: Il materialismo storico e la critica del populismo*, in «Materialismo Storico», n° 1-2, 2016, p. 31. A associação entre Stalin e Lutero remete a uma crítica de Gramsci a Croce. «Que Erasmo pudesse dizer de Lutero: onde aparece Lutero morre toda a cultura se pode compreender. Que hoje Croce reproduza a posição de Erasmo não se entende, pois Croce viu como da primitiva rudeza intelectual do homem da reforma saiu, todavia, a filosofia clássica alemã e o vasto movimento cultural do qual nasceu o mundo moderno». GRAMSCI, *Quaderni del carcere*, cit., p. 1293.

⁶⁹ *Ivi*, pp. 1324-1325.

⁷⁰ ALBERTO BURGIO, *Gramsci storico. Una lettura dei “Quaderni del carcere”*, Laterza, Roma-Bari 2003, p. 63.

⁷¹ GRAMSCI, *Quaderni del carcere*, cit., pp. 1358-1360.

... na história e na produção da história a representação “individualizada” dos Estados e das Nações é uma mera metáfora ... eles existem como distinções de grupos “verticais” e como estratificação “horizontal”, ou seja, como uma coexistência e justaposição de civilizações e culturas diversas, conectadas pela coerção estatal e organizadas culturalmente em “consciência moral”, contraditória e ao mesmo tempo “sincrética”⁷².

E não seria exatamente este o ponto a partir do qual se estabelecem as reflexões da pesquisa socioespacial e notadamente da Geografia Crítica de que antes falamos? A mesma Geografia que, no esforço de formulação da categoria de *formação econômica social e espacial*, recorre a Lenin para se referir às «relações horizontais» que «nos dão a estrutura interna» de uma «sociedade», bem como as «relações verticais», que «nos indicam as relações de uma sociedade com as outras sociedades» e nos convidam «a admitir que a evolução de um país interessa não apenas a ele próprio mas igualmente aos outros»⁷³. Vale dizer, não somente as “relações internas” ou, inversamente, aquelas que emanam do “externo”, mas precisamente uma dialética interno/externo, a definir o campo de estudos e assim também de reflexão e ação política. E isto através de uma formulação da categoria de espaço que, já assimilada àquela de “segunda natureza”, parte da noção de “propriedade da coisa” esposada por Hegel na *Ciência da Lógica*, para apresentá-la não como uma realidade individualizada, mas totalidade relacional, a qual se manifesta pelo «desenvolvimento desigual e combinado da sociedade» e a partir do qual se apresenta não apenas como “suporte”, mas também como “sujeito de um processo”⁷⁴. E eis uma rigorosa tradutibilidade recíproca de linguagens científicas e filosóficas.

4. Conclusão

A noção de espaço e assim também de Geografia presente em Gramsci não se confunde com a “realidade do mundo exterior” e assim está distante da compreensão “objetivista” cara aos geógrafos do final do século XIX e início do XX (Ratzel, Vidal de la Blache, entre outros). E isto mesmo quando estes se aproximam do marxismo, visto tratar-se aqui de uma aproximação cara ao determinismo presente no Diamat de Plekhanov, com todos os problemas que Gramsci acusou na versão apresentada pelo *Ensaio Popular* de Bukharin. Trata-se de um marxismo deteriorado, refém do “objetivismo” e da distorcida ideia de que o que se chama “forças produtivas” corresponde tão somente aos “instrumentos técnicos”. Esta falha, expressão de uma visão economicista de mundo, é aquela que não consegue se abrir para os problemas da hegemonia ou, mais precisamente, para o problema da passagem do “momento econômico” ao “momento ético político”, para “elaboração superior da estrutura em superestrutura” – o “processocatártico” que põe em movimento a realidade histórica. Realidade esta que, de modo algum, se confunde com a simples empiria, sendo, antes, uma *Wirklichkeit*, uma realidade em sentido forte, dotada de contradições e movimento interno, e assim também distante do puro subjetivismo das filosofias do sujeito.

As categorias de “espaço” e “espacialidade” que emergem da Geografia Crítica formulada pelo geógrafo Milton Santos sugerem ser claramente tributárias destas reflexões. Podemos dizer que *Por uma Geografia Nova*, obra fundadora desta

⁷² Ivi, p. 1223.

⁷³ SANTOS, *Por uma Geografia nova*, cit., p. 245.

⁷⁴ Ivi, pp. 203 e 186-187.

perspectiva, embora faça apenas uma breve referência às reflexões filosóficas de Gramsci que aqui percorremos, opera uma verdadeira “tradutibilidade” entre o marxismo do grande teórico italiano e a ciência da Geografia. Daí que as categorias de “espaço” e “espacialidade”, não correspondendo a qualquer forma de subjetivismo, tão pouco dizem respeito à simples “realidade do mundo exterior”. Elas não são uma “coisa”, a simples paisagem, técnica ou natural. Elas pertencem ao mundo das relações sociais, correspondem a uma “segunda natureza” e assim são apreendidas pelo movimento da totalidade histórica. Numa palavra, “elaboração superior” do econômico “em superestrutura”, “construção histórico-cultural” ligada às relações de hegemonia. Inerentes à história e aos processos de hegemonia, são categorias que remetem às relações espaço-tempo, vale dizer, a um «quadro articulado das escansões temporais», definidas pelo desenvolvimento desigual e combinado da história em sua dimensão espacial. E eis porque são “realidades relacionais”, cuja apreensão supõe a superação de uma «representação individualizada dos Estados e das nações», como notou a crítica de Gramsci ao reformismo de Benedetto Croce:

Toda relação de “hegemonia” é necessariamente uma relação pedagógica e se verifica não só no interior de uma nação, entre as diversas forças que a compõem, mas em todo o campo internacional, entre complexos de civilizações nacionais e continentais⁷⁵.

Estamos diante de uma perspectiva teórica muito distante da *démarche* pós-moderna que agora hegemoniza o mundo do dissenso. Michel Foucault, um dos principais autores do campo pós-moderno, não por acaso toma como ponto de partida a remoção «formas de evolução, do “progresso da consciência», do «desenvolvimento orgânico»⁷⁶– «dialético e progressivo», para usarmos as expressões de Gramsci –, o que resulta na total desarticulação das relações espaço-tempo. As mesmas relações que são cruciais para a crítica das escansões temporais do espaço que marcam as contradições do mundo moderno. A rigor, o paradigma pós-moderno representa um retorno ao velho empirismo, que agora se ocupa apenas da «descrição espacializante dos fatos do discurso» e da «análise dos efeitos do poder que lhes estão ligados»⁷⁷. O «espaço é fundamental em todo exercício de poder», mas já que não interessam as “formas de evolução”, ele nada tem a ver com o devir “histórico”: é, aliás, “absurdo” pensar que “a história e o devir” sejam “revolucionários”⁷⁸.

Como notou uma crítica recente, uma formulação desta natureza, não mais que apoiada na «onipresença das relações de poder» – que aparecem indistintamente «nas instituições e nas relações sociais», mas também nos «dispositivos conceituais»–, não pode senão dar lugar a um «radicalismo aparente», posto tornar «demasiado problemática ou impossível aquela negação determinada», «aquela negação de um conteúdo determinado» – aquela *Aufhebung*– que, «hegelianamente, é o pressuposto de uma real transformação da sociedade, o pressuposto da

⁷⁵ GRAMSCI, *Quaderni del carcere*, cit., p. 1331.

⁷⁶ MICHEL FOUCAULT, *Sobre a Geografia*, in *Microfísica do poder*, 28 ed., trad. Roberto Machado, Paz e Terra, Rio de Janeiro 2014, p. 253.

⁷⁷ *Ibidem*.

⁷⁸ MICHEL FOUCAULT, *Espacio, saber y poder*, in *El poder, una bestia magnífica: sobre el poder, la prisión y la vida*, Siglo Veintiuno, Buenos Aires 2019, pp. 154-155.

revolução»⁷⁹, objeto primeiro de uma verdadeira ciência crítica, uma verdadeira ciência histórica.

⁷⁹ DOMENICO LOSURDO, *Il marxismo occidentale. Come nacque, come morì, come può rinascere*, Laterza, Roma-Bari 2017, p. 124.